



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

## **Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes**

### **21 de agosto de 2017**

No dia vinte e um de agosto de dois mil e dezessete reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, na Fábrica de Ideias, sob presidência do Reitor Denio Rebelo Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rotta de Almeida; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Cói; da Diretoria de Planejamento, sr. Elton Siqueira Moura; do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Líssia Pignaton de Oliveira; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; da Assessoria Técnica, sr. Tadeu Pissinati; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria, do campus Centro-Serrano, sr. Wagner Poltroniere Entringer; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Adelino Zamprogno; do campus Serra, José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva; e também dos candidatos eleitos: do campus Aracruz, sr. Leandro Bitti Santa Anna; do campus Cachoeiro do Itapemirim, sr. Edson Maciel Peixoto; do campus Colatina, sr. Octávio Cavalari Júnior; do campus Ibatiba, sr. Eglon Rhuan Salazar Guimarães; do campus Itapina, sr. Fábio Lyrio Santos; do campus Nova Venécia, sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do campus Piúma, sr. Marcelo Fantini Polese; do campus Santa Teresa, sra. Walkyria Barcelos Sperandio; do campus São Mateus, sr. Aloísio Ramos da Paixão; do campus Vila Velha, sr. Diemerson Saquetto; do campus Vitória, sr. Hudson Luiz Côgo. Presidente abre a reunião, cumprimenta os presentes, a seguir faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Recredenciamento do IFES pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, comissão de avaliação in loco no período de 03/10/2017 a 07/10/2017; 3. Apresentação da implementação da política de gestão de risco; 4. Análise de demanda de adequações para acessibilidade arquitetônica dos campi do Ifes; 5. Análise da minuta do Regulamento dos Editais de Apoio e Patrocínio do Ifes; 6. Análise da proposta do professor Alfredo Bravo Marques sobre “Concepções de Ensino e Desenvolvimento Profissional dos Docentes do Ifes”; 7. Exigência de documento de identificação civil no PS 2018/1 - oferta de vagas na educação profissional técnica de nível médio; 8. Contratação de professor de libras.** A seguir, informa que em virtude de um compromisso na cidade de Campos dos Goitacases irá

permanecer na reunião até as 11 horas, após esse período a condução será responsabilidade da pró-reitora Araceli. Por isso, relata que um assunto muito importante não está descrito na pauta, mas é necessário discuti-lo, ou seja, a determinação institucional pela qual não se pode retroagir o ponto eletrônico. Informa que todos os presentes tem ciência dessa determinação que foi decidida em reunião do Fórum de Diretores-gerais na reunião de 7 de agosto de 2017, cujo assunto foi trazido pelo presidente do fórum, professor Luiz Braz Galon, em virtude de uma denúncia encaminhada ao MP por um servidor do Ifes. Relata que o MP questionou a respeito da possibilidade no que tange ao ponto eletrônico, e diante da inexistência de justificativa para essa possibilidade. Foi encaminhado memorando circular informando sobre essa impossibilidade, a partir da decisão do Fórum de Diretores-gerais, de acordo com a determinação do MP, comunicando toda a comunidade acadêmica a respeito do impedimento. Relata que o comunicado foi o estopim para alvoroços nos campi, principalmente por causa dos docentes, que questionaram reivindicações históricas como um tratamento semelhante aos professores de universidades federais que são dispensados de registrar o ponto. Declara que, visando um entendimento geral e conseqüente explicações aos pares nos campi, a história sobre o registro de ponto do professor EBTT é um pouco longa, e tal exigência não é responsabilidade do gestor máximo da instituição. Explica que há tempos, a AGU emitiu um parecer pelo qual afirmava a equivalência entre os professores EBTT e os professores universitários e por isso, deveriam ser desobrigados por registro de ponto. No entanto, ressalta que este parecer não é decisório visto que, no seu último parágrafo, explica ser a posição da AGU sobre a equivalência entre as classes, mas que para a efetivação da medida é necessário uma manifestação do Sipec – MEC, enfatizando que o parecer em si não soluciona o problema e sim, apresenta a percepção sobre o aspecto legal da AGU sobre o tema. Relata que o Ifes não ficou imóvel perante a situação, e iniciou uma provocação no fórum de procuradores, por meio do nosso procurador, os quais, depois de muita discussão, decidiram que era necessário o posicionamento do Sipec sobre a questão. Assim, o Ifes provocou o Sipec há muito tempo, ressaltando não ser possível afirmar precisamente a data, mas alegando que foi pouco depois da emissão do parecer da AGU e posicionamento do fórum de procuradores. No entanto, relata que, infelizmente, até o presente momento o Sipec não se posicionou, e desta forma, a instituição não tem autonomia para permitir o não registro de ponto por parte dos docentes. Destaca que esse assunto foi discutido diversas vezes, tanto no âmbito institucional, quanto no Conif, e que a maioria dos dirigentes decidiu não liberar os docentes do registro, ressaltando que poucas instituições assim o fazem por conta e risco próprio. Depois do exposto, afirma que é essa a situação, destacando que não é uma decisão do Reitor, e que apesar do parecer favorável da AGU, o procurador institucional não tem autonomia para emitir outro parecer antes que o Sipec se manifeste. Diante desse impasse, relata que o Ifes irá provocar a AGU em vez do Sipec, ou seja, solicitar que a AGU altere a redação do último parágrafo, pela qual se possa aplicar a equivalência até a manifestação do Sipec. Destaca que todas as ações possíveis foram tomadas pela Ifes, ressaltando que essa questão é polêmica no Conif, que ainda não possui um posicionamento unânime sobre a questão, e enfatiza que mesmo que tivesse, o Conif não tem o caráter deliberativo, cabendo-lhe a função de conciliar os interesses da Rede. O dirigente Ricardo relata que o grande problema foi a redação do memorando circular, pela qual atribui ao Fórum de Diretores-gerais a decisão, sendo que era uma determinação do MP, cabendo ao Fórum simplesmente definir o seu início. O dirigente Hermes relata que a decisão deveria ter sido tomada pelo Colégio de Dirigentes visto que o Fórum dos Diretores-gerais não tem poder deliberativo. O Presidente ressalta que o Colégio de Dirigentes também não tem essa prerrogativa. O dirigente Hermes relata que não havia outra opção, mas concorda com o dirigente Ricardo, ou seja, a forma não foi a mais adequada. O Presidente relata que se pode discutir a forma, no entanto, não há como evitar o desgaste, ressaltando que foi uma

decisão unânime do Fórum de Diretores-gerais a partir do questionamento do MP. Acrescenta que não há alternativa, visto que ignorar o questionamento do MP pode trazer consequências mais desastrosas, exemplificando a possibilidade do ponto biométrico, tal qual na UFES. Relata que, como gestor, não considera um erro a possibilidade de retroagir o ponto, visto que algumas atividades realizadas fora do campus impedia que os servidores realizassem o registro, no entanto, o MPU e a CGU tem um posicionamento contrário, e assim para preservar o atual sistema de ponto, não será permitido retroagir. O dirigente Welliton relata uma situação ocorrida no campus Nova Venécia, oriunda de um processo, pelo qual o MP, para atestar a permanência do servidor no campus, solicitou até o registro das câmeras de segurança, destacando que o registro de ponto é uma forma de vincular o servidor ao seu local de trabalho. Destaca a necessidade de se enfrentar a situação e assumir a responsabilidade, pois assim evita-se maiores problemas, como um acidente que possa sofrer um servidor em trânsito que deveria estar no seu local de trabalho, enfatizando que o registro de presença dos servidores é o ponto. O dirigente André relata que o assunto foi objeto de reunião no campus Montanha pela qual, os servidores sugeriram a alteração do texto legal, a partir de uma solicitação formal aos deputados da bancada capixaba. O dirigente Ronaldo destaca que a manifestação contrária à impossibilidade de retroação de ponto e favorável ao parecer da AGU é basicamente docente, apesar de reconhecer que o registro de ponto também atinge os técnico-administrativos, acrescentando que, da forma que o serviço público está sendo atacado atualmente, não há um cenário tão ruim ao ponto de não poder ser piorado. Relata que o registro de ponto da forma que era proporcionava alguns benefícios aos servidores, acrescentando que poucos tinham dúvidas de que a situação mudaria, em virtude de alguns abusos. Destaca que uma decisão como essa, mesmo que seguindo o questionamento do MP, não é fácil, em virtude da insatisfação que é criada, mas que nesse caso, cabe o dirigente, às vezes, contemporizar, acalmar os pares para evitar um desgaste maior. Apresenta a sugestão de um servidor do campus Guarapari, pela qual um ponto multicampi poderia minimizar as implicações da determinação do MP, reconhecendo que a sugestão é uma forma paliativa de tratar a questão. O dirigente José Orlandi relata que as atividades docentes requerem uma análise dinâmica, uma vez que os planejamentos são realizados na casa do professor, não raro os finais de semana são usados para se corrigir provas e trabalhos, destacando que, no campus Serra, discutiu-se a possibilidade de se implementar o home office, flexibilizando dois dias de trabalho nessa modalidade, que isentaria o registro de ponto, ressaltando que essa possibilidade também seria extensiva aos técnico-administrativos. O dirigente Wagner relata que em reunião no campus Centro-Serrano, o advogado do sindicato destacou que até a condição dos professores universitários é irregular, apresentando um panorama pelo qual a tendência não é flexibilizar e sim comprimir o serviço público, implementando o registro biométrico. O dirigente Hermes expõe sua crença de que é necessário trabalhar em outro campinho, uma vez que a maioria das denúncias são oriundas da própria comunidade acadêmica, acrescentando que há tensões nas duas carreiras de servidores do Ifes que possuem estruturas e modelos de trabalho distintos, as quais são ocasionadas pela incompreensão do técnico-administrativo acerca das particularidades da carreira docente e vice-versa, ressaltando que, pelo fato de haver um sindicato único, os interesses não são conciliados e as tensões ficam mais intensas. Relata que o denunciante não percebe que, em alguns casos, ele será parte prejudicada pela própria denúncia, resalta que a impossibilidade de retroagir o ponto prejudicará em muito os técnico-administrativos e que, caso, os docentes sejam equiparados aos professores universitários, a tensão entre as carreiras aumentará consideravelmente, por isso, enfatiza que se deve procurar meios de amenizar essa situação. O dirigente Marcelo Polezzi relata que se deve aproveitar o atual cenário e incentivar os projetos de pesquisa e extensão, os quais resguardam legalmente a ausência do servidor do campus. O dirigente Carnielli afirma que a sociedade está mais

atenta para com serviço público, destacando que a fiscalização e os questionamentos serão mais rigorosos, por isso, relata que esse é o modelo ideal para rede avaliar e analisar sua atuação e imagem na sociedade, e nesse caso específico, sugere a criação de um grupo de trabalho que proponha alternativas, exemplificando ações de institutos em que concedem a possibilidade de se flexibilizar 15 horas semanais. O dirigente Paulo José relata que a recepção da impossibilidade de retroação do ponto pelo campus Cachoeiro de Itapemirim foi a pior possível, enfatizando que quase se retirou da reunião. Destaca que a estrutura do campus não foi adequadamente preparada para expansão e por isso, não há espaço e muito menos equipamentos para todos os professores, além disso, destaca que há docentes cuja família mora na Grande Vitória, os quais foram imensamente prejudicados com a medida. Declara que os docentes não entendem a situação, por isso a revolta e responsabilização direta ao diretor-geral, por isso, sugere estudos em uma proposta multicampi e também na flexibilização das horas, em que o professor poderia realizar o planejamento na sua casa. O professor Edson Maciel reafirma que, no campus Cachoeiro de Itapemirim, a notícia foi traumática e causou muito revolta, principalmente porque há institutos, como o IFSC, que tem resolução específica sobre o tema, e também porque o campus Vitória ainda estava retroagindo o ponto. Revela que como resultado de reuniões, solicitou que o ConSup do Ifes regulamentasse a carga horária em parâmetros semelhantes ao do IFSC. O dirigente Ricardo explica que no campus Vitória ainda foi permitido a retroação do ponto uma vez que a direção decidiu questionar o teor e a forma do memorando, mas enfatiza que, nessa semana ainda, não haverá possibilidade de retroagir o ponto no campus. O professor Leandro Bitti relata que é necessário esclarecer as pessoas como a situação chegou até esse ponto, pois assim terão a capacidade de entender, baseando-se no depoimento do dirigente Welliton, afirma que o registro de ponto é uma segurança para o servidor e tal qual o dirigente Carnielli, enfatiza que há um movimento contrário ao serviço público, que tende a apertar os sistemas de controle e eficácia. Argumenta que hoje, será impossível estabelecer um consenso que possibilite a tomada de decisão, por isso, sugere a criação de grupo de trabalho, conforme sugestão do Carnielli, com o intuito de discutir a situação, contemplar e analisar legalmente a questão e também propor soluções. O professor Diemerson relata que a maior parte dos problemas institucionais é fruto de um falso problema, ou seja, um problema criado pelos próprios servidores, explicando que com a expansão, o Ifes interiorizou os campi, no entanto, os servidores não se interiorizaram. Ressalta que se deve trabalhar com uma política de interiorizar o servidor, ou seja, que o servidor more no município ou próximo ao seu local de trabalho, quando acontece o contrário, como é a realidade da instituição, a possibilidade de retroagir o ponto é um enorme benefício. Sugere também a criação de um GT para analisar a situação, acrescentando que elaboração de subterfúgios e paliativos para a situação somente vai colocar a sociedade em desfavor da instituição. O dirigente Ronaldo concorda com o professor Diemerson, exemplificando que o campus Guarapari tem uma estrutura excelente, no entanto, há situações em que professores alegam que não podem realizar demais atividades no campus, pois o barulho é um incômodo, e às vezes justificam que em casa, no silêncio da madrugada, é mais profícuo para a produção científica. Enfatiza que o professor Diemerson foi muito feliz no seu comentário, justificando que os servidores devem compreender o mínimo que deve ser feito como servidores públicos. Informa que o Ifes, em virtude da expansão e dos últimos concursos, é composto por mais servidores novos do que experientes, destacando que nesse grupo que inicia sua carreira pública, há aqueles que produzem muito e são responsáveis para com suas atribuições, mas que, acrescenta ressaltando ser essa uma percepção particular, que alguns tem a percepção de que se deve cumprir menos e exigir mais da instituição. A dirigente Vanessa apresenta uma contra-argumentação, pela qual se deve refletir sobre a flexibilização do horário de trabalho, justificando que há atividades em que essa medida é possível, tomando-se como exemplo, expõe sua

dificuldade na escrita de artigos científicos no Cefor em função das demandas administrativas. Relata que se deve estudar maneiras de regulamentar a flexibilização, no entanto, enfatiza que, atualmente, por causa da ausência de amparo legal, deve-se cumprir a carga horária, não há espaço para discussão, destacando que os institutos que adotaram a flexibilização o fazem de maneira irregular. A dirigente Valdete relata que, no campus Alegre, não houve muitos problemas, uma vez que a medida não prejudicou os técnico-administrativos, e os docentes, decidiram realizar o planejamento em determinados dias. Enfatiza que o questionamento do MP engloba toda a instituição, destacando a obrigatoriedade de cumprir a determinação legal, caso contrário, ressalta que dirigente também será responsabilizado. O professor Otávio relata que o problema não se resume apenas a ausência de interiorização dos servidores, conforme relatado pelo professor Diemerson, justificando seu argumento nos problemas do campus Vitória. Destaca que os professores começaram a ter essa cultura de folga a qual está institucionalmente configurada como planejamento, ressaltando que essa medida é muito prejudicial para todos os servidores, visto que não raro essa cultura é manifestada e vangloriada pelos professores na sociedade. O Presidente relata que após a reunião pode-se pensar na composição do GT que contará com docentes e técnico-administrativos. Destaca que o home office é um avanço na relação trabalhista e um caminho que parece inevitável, visto que é bom para a empresa que diminui seu gasto com luz, internet, água, etc, e bom para o profissional, que pode executar suas tarefas no conforto de sua casa. Revela que o Igal tentou implementar o home office, principalmente para os servidores técnico-administrativos, no entanto, o instituto foi oficializado pelo MEC para suspender a resolução que permitia o home office como forma de realizar o trabalho institucional. Acrescenta que o argumento utilizado pelo MEC foi de que essa prerrogativa cabe ao Ministro do Planejamento e não ao Reitor do instituto, comentando que o argumento é absurdo visto que há várias instituições federais que utilizam o home office a partir da determinação de seu dirigente máximo. Relata que foi entregue, na semana passada, à secretária da Setes a proposta da portaria 17, destacando a existência de dois pontos polêmicos, ou seja, carga horária máxima e mínima, para os quais há resistência da secretaria em aceitá-los. Divulga que para a carga horária máxima proposta, ou seja, 18, a resistência é menor, mas quanto a mínima proposta de 8 horas, a resistência é grande e a contrapartida é de 10 horas. Relata que o argumento sobre o planejamento de aula, ou seja, da dobra da carga horária, é automaticamente recusado, justificando que, se a pessoa não foi ou não é professor, a compreensão sobre esse ponto fica muito comprometida. Relata que a sociedade cada vez mais irá cobrar satisfação sobre o que fazemos, sobre o que realizamos, pois são eles que nos pagam, enfatizando que o serviço público está sendo acatado por todos os lados, por isso, é imprescindível que a instituição demonstre que o trabalho realizado é muito bom e extremamente relevante para a sociedade. Destaca que o servidor público deve dar satisfação tanto para seus colegas de trabalho quanto para a sociedade, exemplificando que essa é uma condição indispensável em uma sociedade transparente, em que os cidadãos tem acesso a todo tipo de informação. Nesse contexto, posiciona-se contrário ao registro de ponto, mas sim ao controle eficaz da atividade profissional. Relata que tão logo a portaria 17 seja publicada, possivelmente em outubro, as instituições terão 180 dias para elaborar suas próprias regulamentações, destacando que esse período será uma ótima oportunidade para se discutir e também publicizar a atividade docente. Informa que as questões institucionais devem ser estudadas com calma e com atenção rigorosa aos princípios legais, exemplificando o caso das 6 horas na UFES., em que há um processo em que o reitor e os servidores são réus e estão sendo intimadas a ressarcir os cofres públicos, destaca que é um processo cujo fim não se pode prever, e com esse espírito, solicita a composição de um grupo de trabalho, com docentes e técnico-administrativos e sindicato. O dirigente Carnielli expõe os problemas que o período mínimo de doze horas entre os turnos causa para os campi

em que o grupo de professores é pequeno. O Presidente relata que os campi Serra e Vitória têm boas soluções para a situação. Despede-se dos demais e passa a presidência da reunião para a pró-reitora Araceli que abre o **item 6** e passa a palavra para o professor Alfredo Bravo que se apresenta aos presentes, fazendo um breve resumo de sua trajetória acadêmica e institucional e inicia sua apresentação de sua tese de doutorado intitulada “Concepções de Ensino e Desenvolvimento Profissional dos Docentes do Instituto Federal do Espírito Santo -IFES”. Relata que os professores da área tecnológica, principalmente os mais antigos, eram inseridos na sala de aula dominando amplamente a área técnica, mas sem a devida formação pedagógica, ocasionando um deficit na área didático-pedagógica que pode ser um entrave para o planejamento e condução da aula. Informa que sua pesquisa trabalhou nessa perspectiva, tendo como participantes os professores e coordenadores do campus Cachoeiro do Itapemirim, a seguir apresenta a problemática de pesquisa, descreve as dificuldades enfrentadas no trabalho de campo, e expõe os resultados, ou seja, as necessidades de desenvolvimento profissional que são conclusões do trabalho. A seguir divulga as pretensões para o próximo trabalho, ou seja, dar continuidade a investigação, abordando questões ligadas a práticas reflexivas e profissionais que visam compreender a eficácia das políticas de formação pedagógica. Revela a intenção de utilizar a pesquisa realizada em Cachoeiro do Itapemirim e estendê-la aos demais campi, por isso, solicita a anuência e colaboração dos dirigentes, explicando que a metodologia consistiria em um questionário a ser encaminhado aos professores, cujos dados seriam compilados por um software. Destaca que esses resultados serão a base de seu pós-doutorado e que será vinculado à universidade de Portugal em que defendeu sua tese. A pró-reitora Araceli relatou que o Cefor iniciou um curso de prática pedagógica para os professores que não tem esse tipo de formação, uma vez que todos os professores EBTT devem possuir formação em licenciatura ou similar até 2020. O dirigente José Orlandi questiona por que, já na pesquisa de doutorado, o foco do trabalho não foi o Ifes. O professor Alfredo relata que a opção por somente o campus Cachoeiro Itapemirim se deve ao prazo de 6 meses concedido pela Capes, período que seria insuficiente para realizar uma pesquisa em toda a instituição. O Colégio de Dirigentes concordam com a realização da pesquisa e se comprometem a fornecer o apoio necessário para sua realização. A pró-reitora Araceli abre o **item 7** e passa a palavra para o diretor Pilon que relata a importância do Ifes para a sociedade capixaba e que os processos seletivos são uma grande oportunidade de reafirmar e até aumentar a relevância institucional, por isso, solicita a colaboração dos dirigentes para uma situação que recorrentemente provoca transtornos nas inscrições e matrículas, ou seja, o documento de identificação do candidato. Sugere que, em virtude da insegurança ao processo que é causada quando se opta pela aceitação da certidão de nascimento, seja definido como documento de identificação apenas aqueles válidos para identificação civil. O dirigente Carnielli afirma que em alguns municípios capixabas há uma enorme dificuldade para emitir carteira de identidade, exemplificando situações em que pessoas de Venda Nova do Imigrante têm que se deslocar à Vitória com esse fim, por isso, acrescenta que essa exigência de documento de identificação civil só podia ser aplicada nos municípios em que há emissão de carteira de identidade. A dirigente Vanessa reforça a argumentação do dirigente Carnielli, expondo a dificuldade de emitir a carteira de identidade para sua filha que mora na Grande Vitória, sugerindo que no interior a situação é muito pior. A professora Walkyria relata que o campus Santa Teresa perdeu a oportunidade de atender o interior do município diante dessa exigência, solicitando que o cartão de inscrição com foto possa ser utilizado como documento de identificação. O diretor executivo Mauro sugere que a certidão de nascimento somente seja aceita com a presença e identificação dos pais. O dirigente Carnielli relata que nesse caso, ou seja, a aceitação da certidão de nascimento, o problema seria a identificação do candidato no momento da prova. O diretor Pilon acrescenta que a certidão de nascimento traz uma enorme

insegurança ao processo, no entanto, afirma que cabe aos dirigentes assumir ou não os riscos inerentes a sua aceitação, destacando que a ACS aguarda uma definição para fazer a divulgação do processo. Destaca que a opção pelo cartão de inscrição com foto é uma boa opção, no entanto, não são todos os campi que possuem chancela para marcar o documento, visto que somente um carimbo não é suficiente, uma vez que a tinta pode ser removida. O dirigente Carnielli sugere que seja aceito, em primeiro lugar, o documento de identificação civil, e na ausência deste, o cartão de inscrição emitido pelo campus. O diretor Pilon relata que se deve decidir se o cartão de inscrição será recolhido no dia da realização da prova para que o candidato seja identificado no momento da inscrição. Os dirigentes não concordam com a retenção do cartão de inscrição. A pró-reitora Araceli sugere que se verifique quais os campi possuem chancela e que o Ifes compre o equipamento para aqueles que não tem. O diretor Pilon relata que nesse processo haverá vagas para pessoas com deficiência, as quais deverão apresentar documentação que comprove a respectiva limitação que será apurada por comissão institucional. O professor Anderson informa que está em discussão no Senado, na comissão de ética e cidadania questões referentes aos portadores deficiência e questiona se haverá alguma alteração no processo seletivo e se haverá nota de corte ou algum outro parâmetro. O diretor Pilon relata que no último processo seletivo, o parâmetro para desclassificação foi o de zerar alguma disciplina, destacando que a questão será analisada pela câmara técnica em sua próxima reunião. A pró-reitora Araceli relata que hoje é o aniversário do campus Cariacica, manifestando sua congratulação. O Colégio de Dirigentes parabeniza o campus Cariacica pelo seu aniversário. A pró-reitora Araceli abre o **item 3** e passa a palavra para o diretor Élton que relata que, apesar da pauta fazer menção à política de gestão de risco, o assunto a ser tratado é um pouco diferente. Informa que foi solicitado pela auditoria interna para apresentar e explicar o preenchimento da planilha de matriz de risco que será encaminhada a CGU, em decorrência da elaboração, por parte da Audin, de seu Paint 2018. Explica o preenchimento a partir do cruzamento de perguntas e dos itens da planilha, exemplificando as ações que devem ter tomadas pelos dirigentes. Detalha a metodologia utilizada que se baseia na relação entre os macroprocessos e os impactos nas atividades-fim e atividades-meio, destacando que o preenchimento não é simples, não é trivial, mas que deve ser realizado. A dirigente Denise relata que a Política de Gestão de Risco foi recentemente aprovada no Conselho Superior, acrescentando que os dirigentes recebem um documento que não está alinhado a política e cuja finalidade não foi devidamente explicada. O dirigente André declara que esse documento não deve ser preenchido pelos diretores-gerais e sim pela auditoria interna, destacando que nunca preencheu uma planilha desse tipo, e questiona o resultado dos dados a partir do preenchimento por cada campus. O diretor Élton esclarece a dirigente Denise que a planilha não é uma matriz de risco e sim o Paint 2018. O dirigente Welliton agradece a presença do diretor Élton, manifestando que ele não deveria ser o responsável pela apresentação, sugerindo que a Audin venha ao Colégio de Dirigentes explicar tanto a finalidade como o preenchimento da planilha, e enfatiza que o prazo estipulado de 25/08 é irrealizável. O dirigente Carnielli sugere que somente uma planilha seja respondida e encaminhada para a Audin. O professor Wagner relata que esse tipos de pedidos são recorrentes por parte da Audin, acrescentando que os órgãos de controle solicitam uma resposta do Ifes e não dos campi. A dirigente Vanessa relata que não recebeu o e-mail, apesar de haver dois específicos do Cefor, destacando que o Cefor está sendo tratado somente em relação ao fomento. Destaca que a Gestão de Risco é citada, por isso está um pouco incoerente. O diretor Elton explica que a política de gestão de riscos foi devidamente aprovada, mas que a metodologia para sua implementação está sendo construída. O professor Diemerson manifesta sua estranheza em relação a Audin que não está alinhada a resolução do Conselho Superior, destacando que a auditoria interna parece ser um órgão externo ao Ifes. O professor Adelino explica que o trabalho da Audin é bem específico, ou seja, está vinculada ao

Ifes, mas respondem diretamente à CGU. O diretor Elton acrescenta que a planilha segue a metodologia da gestão de risco da CGU. O Colégio de Dirigentes manifesta favoravelmente ao preenchimento da planilha pelo diretor Elton que, após finalização, encaminhará a planilha aos diretores-gerais para que estes enviem à Audin. A pró-reitora Araceli abre o **item 5** e passa a palavra para o pró-reitor Renato Tannure que relata que o regulamento surgiu a partir das dúvidas e insegurança institucional em lidar com patrocinadores em eventos, e também da intenção em se evitar riscos, principalmente quando a gestão envolvia valores. Acrescenta que a minuta é fruto de parceria com ACS, pela qual é feita a distinção entre apoio e patrocínio, destacando que o regulamento prioriza os apoios. A servidora Lara, da ACS, descreve eventos que são realizados por meio de apoios e aqueles que são frutos de patrocínio, enfatizando que o regulamento dessa natureza visa determinar qual o modelo de apoiador a instituição necessita. Destaca a importância de relacionar a parceria com a área de comunicação, visto que a única forma de proporcionar o retorno ao apoiador ou patrocinador é por meio da publicidade. Justifica que o regulamento visa também orientar, uma vez que qualquer atividade institucional deve ser divulgada por meio de um edital público, em uma chamada pública, independente dos relacionamentos que a instituição possua. O dirigente Ricardo exemplifica a situação de patrocínio da Caixa Econômica Federal ao campus Vitória, e também os pareceres do procurador que se distanciam um pouco do regulamento. O pró-reitor Renato Tannure relata que os formulários são uma sugestão, um modelo, e não uma obrigatoriedade institucional, destacando que, se os requisitos de publicidade forem cumpridos não há problemas legais. O dirigente Carnielli aproveita a oportunidade para ressaltar o trabalho da Facto, e enfatiza a necessidade dos campi se aproximarem da fundação, para que ela seja a protagonista na captação de recursos. O dirigente André questiona qual é o canal mais adequado para fazer a divulgação, site do campus, site do Ifes ou DOU. A servidora Lara relata que, baseado nas orientações da procuradoria, a simples divulgação no site é suficiente. O dirigente Hudson questiona a relação do Ifes quando o evento é organizado pelo centro acadêmico mas usando a estrutura do campus. A servidora Lara responde que, nesse caso, o Ifes é o apoiador. O pró-reitor Renato Tannure dá exemplos de situações de apoio de empresas aos campi e também dos protocolos de uso, explicando que o regulamento é uma maneira genérica de uso, e por isso, de acordo com as necessidades que forem sendo verificadas durante o processo, podem ser incluídas no texto. A servidora Lara destaca que o regulamento tem o objetivo de definir o papel do Ifes nos eventos realizados pela e na instituição. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente a minuta do Regulamento dos Editais de Apoio e Patrocínio do Ifes. A pró-reitora Araceli destaca que os **itens 4 e 8**, ou seja, análise de demanda de adequações para acessibilidade arquitetônica dos campi do Ifes e contratação de professor de libras serão discutidos na próxima reunião do Fórum de Diretores-gerais. A seguir, abre **item 2**, e relata que a maioria dos que já estavam na gestão podem se lembrar de que em 2015 foi protocolado dois processos de credenciamento do Ifes no MEC e que a comissão de avaliação para os cursos presenciais estará, em outubro, no campus Vitória, enfatizando que, apesar da comissão estar localizada fisicamente no campus Vitória, a instituição toda será avaliada, ou seja, a comissão pode visitar outros campi. Destaca que a comissão analisará os documentos dos campi em relação aos docentes, ressaltando que o diretor Brandal encaminhou e-mail aos os diretores de ensino para que os documentos estejam disponíveis e atualizados, e sejam encaminhados a Proem. Relata que, caso os documentos não sejam encaminhados, o Ifes pode ser avaliado negativamente e ficar até impedido de oferecer curso de graduação, destacando que a avaliação da educação a distância será realizada no Cefor. A dirigente Vanessa relata que, no Cefor, foi disponibilizado uma sala no middle para o armazenamento da documentação dos docentes, oferecendo a plataforma caso seja necessário. A pró-reitora Araceli relata que o recebimento está sendo feito por e-mail para que as informações sejam



centralizadas no gestor de ensino, solicitando a colaboração de todos, e informa que foi solicitado à comissão o cronograma de atividades, e tão logo ele seja enviado, será repassado aos campi, solicitando que, no mínimo, o diretor-geral de cada campi, esteja presente na reunião de abertura. Nada mais a tratar, a pró-reitora Araceli declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.